

**RESISTÊNCIAS, RECAMPESINIZAÇÃO E TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA:
RECONFIGURAÇÕES EPISTÊMICAS E SOCIOTERRITORIAIS DAS AGRICULTURAS
FAMILIARES**

**RESISTANCE, REPEASANTIZATION, AND AGROECOLOGICAL TRANSITION:
EPISTEMIC AND SOCIO-TERRITORIAL RECONFIGURATIONS OF FAMILY FARMING**

Marco Aurélio da Silva

Universidade Federal de Santa Maria

marcoaurelio22000@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0006-7358-5814>

Carmen Rejane Flores

Universidade Federal de Santa Maria

carmenrejanefw@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5879-2042>

Liziany Muller

Universidade Federal de Santa Maria

liziany.muller@ufsm.br

<https://orcid.org/0000-0001-7325-6611>

RESUMO: Este artigo analisa a recampesinização e a transição agroecológica como processos articulados de resistência e reconfiguração das agriculturas familiares frente à hegemonia do regime agroindustrial. Parte-se do reconhecimento de uma crise estrutural multidimensional que envolve dimensões ecológicas, econômicas, políticas e epistemológicas, a partir da qual emergem alternativas contra-hegemônicas baseadas na diversidade, autonomia e sustentabilidade. O objetivo consiste em compreender em que condições esses processos operam como formas efetivas de transformação socioterritorial. Metodologicamente, trata-se de um estudo teórico-analítico de natureza crítico-dialética, fundamentado em literatura contemporânea e em diálogo com autores clássicos. Os resultados indicam que a recampesinização e a agroecologia constituem não apenas práticas produtivas, mas projetos políticos e epistemológicos em disputa, marcados por contradições, limites e potencialidades. Conclui-se que tais processos apontam para a construção de novos paradigmas de desenvolvimento rural, embora condicionados por estruturas de poder e desafios institucionais persistentes.

PALAVRAS-CHAVE: recampesinização; agroecologia; agricultura familiar; resistência sociopolítica; desenvolvimento rural.

ABSTRACT: This article analyzes repeasantization and agroecological transition as interconnected processes of resistance and reconfiguration of family farming in the face of the hegemonic agroindustrial regime. It starts from the recognition of a multidimensional structural crisis involving ecological, economic, political, and epistemological dimensions, from which counter-hegemonic alternatives emerge based on diversity, autonomy, and sustainability. The objective is to understand under which conditions these processes operate as effective forms of socio-territorial transformation. Methodologically, this is a theoretical-analytical study grounded in a critical-dialectical approach, based on contemporary literature and in dialogue with classical authors. The findings indicate that repeasantization and agroecology are not merely productive practices but political and epistemological projects under dispute, marked by contradictions, limits, and potentialities. It concludes that these processes point toward new paradigms of rural development, although constrained by power structures and persistent institutional challenges.

KEYWORDS: repeasantization; agroecology; family farming; sociopolitical resistance; rural development.

Introdução

A agricultura contemporânea encontra-se atravessada por uma crise estrutural que articula dimensões ecológicas, econômicas, políticas e epistemológicas, revelando não apenas os limites técnicos do modelo agroindustrial intensivo, mas também suas contradições civilizatórias mais profundas. Tal crise se expressa na degradação dos ecossistemas, na erosão da biodiversidade, na vulnerabilização das agriculturas familiares e na crescente dependência de cadeias globais financeirizadas, configurando um regime agroalimentar que opera sob a lógica da acumulação ampliada e da mercantilização da vida (Altieri; Nicholls, 2020; Patel; Moore, 2017; Santos, 2019). Nesse contexto, a expansão do agronegócio não deve ser compreendida apenas como um fenômeno econômico, mas como um projeto político que reorganiza territórios, redefine relações sociais e subordina saberes locais a uma racionalidade técnico-instrumental hegemônica (Ploeg, 2018; Schneider, 2023).

É precisamente nesse cenário de crise e contestação que emergem processos contra-hegemônicos que reposicionam as agriculturas familiares como sujeitos ativos de transformação territorial. A agroecologia e a recampesinização, longe de constituírem respostas adaptativas ou marginais, configuram-se como práticas e projetos que tensionam os fundamentos do regime agroindustrial, propondo outras formas de produzir, viver e conhecer (Wezel et al., 2020; Gliessman, 2018; Sevilla Guzmán, 2019). Esses processos implicam não apenas mudanças nos sistemas produtivos, mas reconfigurações profundas das racionalidades produtivas e dos regimes de conhecimento, ao articular saberes científicos e tradicionais em uma

perspectiva de coprodução e pluralismo epistemológico (Leff, 2020; Santos, 2019). Trata-se, portanto, de uma disputa não apenas material, mas também simbólica e epistêmica sobre os sentidos da agricultura e do desenvolvimento rural.

A tese central deste artigo sustenta que **a recampesinização, articulada à transição agroecológica, configura-se como um processo político-epistêmico de resistência estrutural ao regime agroindustrial, operando simultaneamente como estratégia de reprodução social e como projeto alternativo de reorganização dos sistemas alimentares e dos territórios rurais.** Essa formulação rompe com interpretações que tratam tais processos como fenômenos residuais ou transitórios, ao evidenciar seu caráter constitutivo de novas formas de desenvolvimento, baseadas na diversidade, na autonomia relativa e na sustentabilidade socioterritorial (Ploeg, 2018; van der Ploeg et al., 2022). Ao longo do texto, demonstra-se que a recampesinização não é um retorno ao passado, mas uma reconfiguração histórica que incorpora inovação, resistência e reinvenção das práticas sociais.

O problema de pesquisa que orienta esta investigação pode ser formulado nos seguintes termos: **em que condições a recampesinização e a transição agroecológica operam como formas efetivas de resistência e reconfiguração estrutural das agriculturas familiares frente à hegemonia do agronegócio global?** Essa problematização parte do reconhecimento de que tais processos não são homogêneos nem lineares, sendo atravessados por múltiplas determinações, incluindo políticas públicas, dinâmicas de mercado, relações de poder e capacidades organizativas locais (Sabourin, 2021; Schneider; Niederle, 2018). Assim, compreender suas condições de possibilidade implica analisar tanto seus potenciais quanto suas limitações.

O objetivo geral consiste em analisar criticamente as inter-relações entre resistências sociopolíticas, economias camponesas e transição agroecológica, evidenciando seus potenciais transformadores e suas contradições internas. Especificamente, busca-se demonstrar como essas dimensões se articulam na constituição de alternativas ao modelo agroindustrial, destacando o papel dos sujeitos coletivos, das redes territoriais e das práticas de cooperação (Dardot; Laval, 2019; Federici, 2019). Ao fazer isso, o artigo pretende contribuir para uma compreensão mais complexa e situada das dinâmicas contemporâneas do mundo rural.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de um artigo teórico-analítico de natureza crítico-dialética, que mobiliza literatura contemporânea (2018–2025) em diálogo com autores clássicos da questão agrária e da agroecologia, articulando categorias como território, resistência, reprodução social e racionalidade produtiva. Contudo, o diferencial deste artigo não reside em uma revisão bibliográfica descritiva, mas na construção de uma síntese interpretativa orientada por uma tese central, que promove o diálogo crítico entre autores e correntes teóricas, tensionando consensos e evidenciando contradições. Nesse sentido, o texto opera como um exercício de produção teórica, no qual a literatura não é apenas sistematizada, mas reinterpretada à luz de um problema analítico específico (Santos, 2019; Bhambra; Gebrial; Nişancioğlu, 2018). O método privilegia a análise relacional, buscando compreender os fenômenos em sua totalidade dinâmica, evitando tanto o empirismo fragmentado quanto o abstracionismo descolado das práticas sociais.

Justifica-se a relevância deste artigo pela necessidade de avançar na compreensão das transformações em curso nas agriculturas familiares, especialmente em um contexto de intensificação das crises globais. Ao propor uma abordagem que integra dimensões econômicas, políticas e epistemológicas, o estudo contribui para superar leituras reducionistas e para fortalecer perspectivas críticas que reconhecem o protagonismo dos sujeitos rurais na construção de alternativas. Trata-se, portanto, de um esforço de deslocamento analítico que busca romper com a hegemonia de paradigmas dominantes, abrindo espaço para outras narrativas e possibilidades (Santos, 2019; Escobar, 2020).

Cabe destacar que este artigo se diferencia por sua aposta na articulação entre teoria e projeto político, ao compreender a produção de conhecimento como parte integrante das lutas sociais. Nesse sentido, a análise aqui desenvolvida não se limita à descrição de processos, mas busca contribuir para a sua inteligibilidade crítica, evidenciando caminhos e tensões que atravessam a construção de alternativas no campo.

A partir desse enquadramento teórico e problemático, torna-se fundamental compreender as condições estruturais que tornam possível a emergência dessas alternativas. Nesse sentido, a análise da crise do regime agroindustrial não constitui apenas um pano de fundo, mas um elemento central para entender por que e como

processos como a recampesinização e a transição agroecológica ganham densidade histórica e relevância política. É no interior das contradições desse regime que se abrem fissuras, disputas e possibilidades, configurando um campo de tensões no qual diferentes projetos de agricultura e de desenvolvimento rural se confrontam e se redefinem (Ploeg, 2018; Schneider, 2023; Santos, 2019). Dessa forma, a próxima seção examina criticamente a crise do regime agroindustrial e a emergência das alternativas, evidenciando os limites do modelo dominante e as condições de possibilidade das transformações em curso.

Crise do regime agroindustrial e emergência das alternativas

A consolidação do agronegócio em escala global deve ser compreendida como a expressão contemporânea de um regime agroalimentar corporativo estruturado pela convergência entre intensificação tecnológica, padronização biológica e financeirização da produção. Tal configuração não apenas reorganiza os processos produtivos, mas redefine as próprias condições de reprodução social no campo, subordinando os territórios rurais às dinâmicas de acumulação do capital transnacional (McMichael, 2018; Clapp, 2021). A crescente integração vertical das cadeias produtivas, associada à dependência de pacotes tecnológicos e à centralidade dos mercados financeiros, produz uma agricultura altamente produtiva sob parâmetros quantitativos, porém profundamente assimétrica em termos de distribuição de riqueza, acesso a recursos e sustentabilidade ecológica (Ploeg, 2018; Schneider, 2023). Nesse quadro, a expansão do agronegócio revela-se menos como um avanço linear e mais como um processo contraditório, no qual a produção de excedentes convive com a intensificação da insegurança alimentar e da exclusão social (Santos, 2019).

A inteligibilidade dessa configuração exige deslocar a análise para além da economia política estrita, incorporando a dimensão epistemológica como elemento constitutivo do regime agroindustrial. Ao estabelecer padrões de validação científica centrados na tecnociência e na lógica da eficiência produtiva, esse modelo institui um monopólio cognitivo que marginaliza saberes camponeses, indígenas e tradicionais, convertendo-os em formas subalternizadas de conhecimento (Leff, 2020; Giraldo;

Rosset, 2022). Tal dinâmica não apenas organiza a produção material, mas regula os horizontes de possibilidade do próprio pensar agrícola, operando aquilo que Santos (2019) denomina como “epistemicídio”. A persistência do modelo agroindustrial, portanto, não se explica exclusivamente por sua eficácia econômica, mas por sua capacidade de estruturar regimes de verdade que naturalizam suas práticas e invisibilizam alternativas.

É nesse terreno de crise material e cognitiva que a agroecologia adquire densidade teórica e política como paradigma alternativo. Distanciando-se de abordagens que a reduzem a um conjunto de técnicas sustentáveis, a agroecologia se afirma como um campo transdisciplinar que articula ciência, prática e movimento social, propondo uma reconfiguração radical das relações entre sociedade e natureza (Wezel et al., 2020; Gliessman, 2018). Ao valorizar a diversidade biológica, a autonomia produtiva e a coprodução de conhecimentos, ela desloca o eixo da racionalidade agrícola da maximização da produtividade para a reprodução ampliada da vida (Altieri; Nicholls, 2020; Sevilla Guzmán, 2019). Nesse sentido, a agroecologia não apenas responde à crise do modelo dominante, mas a reinscreve em outro horizonte civilizatório, no qual sustentabilidade e justiça social tornam-se princípios estruturantes.

Entretanto, a constituição desse paradigma não se dá em um campo neutro, mas em meio a disputas institucionais e políticas que condicionam suas possibilidades de expansão. As políticas públicas, frequentemente orientadas por interesses ligados ao agronegócio, tendem a reproduzir modelos produtivos intensivos, limitando o acesso das agriculturas familiares a recursos, crédito e assistência técnica voltados à agroecologia (Schneider; Niederle, 2018; Sabourin, 2021). Essa tensão evidencia que a transição agroecológica não pode ser concebida como um processo meramente técnico, mas como uma arena de संघर्ष político na qual se disputam prioridades, recursos e sentidos do desenvolvimento rural. A coexistência entre avanços territoriais e bloqueios estruturais revela o caráter desigual e não linear desse processo (Hlpe, 2019; Costa-Pereira et al., 2025).

A própria categoria de transição agroecológica, quando analisada criticamente, expõe ambiguidades que decorrem de sua crescente institucionalização. Em determinados contextos, observa-se a incorporação seletiva de práticas

agroecológicas por agentes do agronegócio, esvaziando seu conteúdo crítico e convertendo-a em instrumento de legitimação de modelos hegemônicos. Esse fenômeno, identificado como convencionalização, evidencia que a agroecologia constitui um campo em disputa, no qual projetos reformistas e transformadores coexistem de forma tensionada (Lamine et al., 2019; Giraldo; Rosset, 2022). Tal ambivalência reforça a necessidade de abordagens analíticas que não naturalizem a agroecologia, mas a compreendam como prática situada e politicamente disputada.

Outro vetor fundamental dessa crise refere-se à crescente vulnerabilidade dos sistemas agroalimentares globalizados frente a choques externos. A dependência de cadeias longas, altamente especializadas e territorialmente dispersas, reduz a capacidade de resposta a eventos como mudanças climáticas, pandemias e crises geopolíticas, expondo fragilidades estruturais do modelo dominante (Clapp; Moseley, 2020; Fao, 2022). Em contraste, experiências baseadas na diversificação produtiva, na realocação dos mercados e na valorização dos circuitos curtos de comercialização demonstram maior resiliência, evidenciando o potencial estratégico das agriculturas familiares e da agroecologia na construção de sistemas alimentares sustentáveis (van der Ploeg et al., 2022; Schneider, 2023).

As contradições do regime agroindustrial também se materializam na intensificação das disputas territoriais, nas quais o controle de recursos naturais se converte em eixo central de conflito. A expansão das fronteiras agrícolas, frequentemente impulsionada por interesses corporativos e financeiros, implica processos de expropriação e desterritorialização que afetam diretamente populações camponesas e tradicionais (Sauer; Leite, 2021; Svampa, 2019). Nesse contexto, as resistências assumem caráter estruturante, articulando práticas produtivas, formas de organização coletiva e lutas por reconhecimento e direitos. Mais do que reações defensivas, essas resistências constituem formas ativas de produção de alternativas, reconfigurando territorialidades e modos de vida (Santos, 2019; Escobar, 2020).

Diante desse conjunto de determinações, o cenário contemporâneo revela-se como um campo de disputa ampliado, no qual múltiplos projetos de agricultura buscam afirmar sua legitimidade. Enquanto o agronegócio mobiliza estratégias de adaptação incorporando discursos de sustentabilidade sem alterar suas bases estruturais, iniciativas vinculadas à agroecologia e às agriculturas familiares apontam

para transformações mais profundas, que envolvem não apenas técnicas produtivas, mas a redefinição das relações sociais e ecológicas (Clapp, 2021; Escobar, 2020). A tensão entre esses projetos não se restringe ao plano econômico, configurando uma disputa por hegemonia que envolve diferentes ontologias, epistemologias e horizontes de futuro (Santos, 2019).

A complexidade desse cenário evidencia que as alternativas ao regime agroindustrial não emergem de forma espontânea, mas resultam de processos históricos e sociais que reconfiguram práticas, saberes e formas de organização no campo. Nesse sentido, a recampesinização adquire centralidade analítica ao expressar dinâmicas contemporâneas de recomposição das agriculturas familiares, nas quais autonomia produtiva, diversificação e territorialidade se articulam como estratégias de resistência e inovação (Ploeg, 2018; Schneider, 2023). Longe de representar um retorno ao passado, trata-se de um movimento que reinventa o campesinato em novas bases, tensionando a lógica dominante e abrindo possibilidades para formas alternativas de desenvolvimento rural (Santos, 2019). Compreender esse processo exige, portanto, situá-lo historicamente e analisá-lo em sua dimensão política, tarefa que orienta a seção seguinte.

Recampesinização como processo histórico e político

A recampesinização deve ser compreendida como um processo histórico de reconstituição ativa das formas camponesas de produção, reprodução social e organização territorial, em contraposição às dinâmicas de desagrarização, proletarianização e subordinação ao capital que marcaram o desenvolvimento do capitalismo agrário ao longo do século XX. Longe de representar um retorno nostálgico a formas pretéritas, esse processo expressa a capacidade de reinvenção do campesinato em contextos contemporâneos, articulando inovação sociotécnica, estratégias políticas e reconfigurações identitárias (Ploeg, 2018; van der Ploeg et al., 2022). Trata-se, portanto, de um movimento historicamente situado, que emerge no interior das contradições do regime agroindustrial e se afirma como alternativa concreta frente às suas crises estruturais (Santos, 2019).

Ao tensionar a narrativa linear da modernização agrícola que pressupõe a inevitável substituição do campesinato por formas empresariais de produção, a recampesinização introduz uma inflexão analítica que recoloca o campesinato como sujeito histórico ativo, dotado de agência e capacidade de inovação. Essa perspectiva encontra ressonância em abordagens contemporâneas que enfatizam a pluralidade das trajetórias rurais e a coexistência de diferentes racionalidades produtivas (Schneider, 2023; Sabourin, 2021). Nesse sentido, o campesinato não é um resíduo de um passado em extinção, mas um ator que se reconfigura continuamente, mobilizando recursos materiais e simbólicos para sustentar formas de vida que escapam à lógica da acumulação capitalista (Santos, 2019; Dardot; Laval, 2019).

A materialidade desse processo se expressa na adoção de estratégias produtivas que combinam diversificação, autonomia relativa frente aos mercados e valorização de circuitos curtos de comercialização. Essas práticas não apenas reduzem a dependência de insumos externos, mas fortalecem a resiliência dos sistemas produtivos, ao integrar dimensões ecológicas, econômicas e sociais de forma interdependente (Gervazio et al., 2025; Altieri; Nicholls, 2020). A diversificação produtiva, nesse contexto, não deve ser interpretada apenas como técnica agrícola, mas como estratégia política de redução de riscos e de ampliação da autonomia dos agricultores frente às oscilações do mercado global (Ploeg, 2018).

Simultaneamente, a recampesinização envolve a revalorização de saberes locais e práticas tradicionais, não como formas estáticas, mas como conhecimentos dinâmicos que se articulam com inovações contemporâneas. Esse movimento de coprodução de saberes desafia a hierarquização epistemológica imposta pelo modelo agroindustrial, ao reconhecer a legitimidade de múltiplas formas de conhecimento (Leff, 2020; Giraldo; Rosset, 2022). Nessa perspectiva, a recampesinização não é apenas um fenômeno econômico, mas um processo epistemopolítico que redefine os critérios de validade do saber e amplia os horizontes de possibilidade da ação coletiva (Santos, 2019).

A dimensão política desse processo se manifesta na construção de formas coletivas de organização, como cooperativas, associações e redes territoriais, que fortalecem a capacidade de negociação e resistência das agriculturas familiares. Essas formas organizativas não apenas ampliam o acesso a mercados e políticas

públicas, mas também constituem espaços de produção de autonomia e de construção de projetos coletivos (Dardot; Laval, 2019; Federici, 2019). Nesse sentido, a recampesinização se articula com práticas de comum, nas quais a gestão coletiva de recursos e a solidariedade social emergem como alternativas à lógica individualista do mercado.

Outrora à reterritorialização das práticas produtivas, na qual o território deixa de ser concebido apenas como suporte físico da produção para se afirmar como espaço de vida, identidade e disputa política. A recampesinização, ao fortalecer vínculos territoriais e redes locais, contribui para a construção de sistemas alimentares territorializados, capazes de responder de forma mais adequada às especificidades socioecológicas de cada contexto (Schneider, 2023; Escobar, 2020). Essa dimensão territorial é fundamental para compreender o potencial transformador do processo, uma vez que articula produção, cultura e política em uma mesma dinâmica.

Do ponto de vista teórico, a recampesinização pode ser interpretada como uma forma de resistência estrutural ao capitalismo agrário, na medida em que afirma racionalidades produtivas orientadas pela reprodução social e não pela maximização do lucro. Essa perspectiva dialoga com abordagens críticas que destacam a centralidade da economia moral e das práticas de subsistência na constituição de alternativas ao modelo dominante (Scott, 1976; atualizações em van der Ploeg et al., 2022). Ao mesmo tempo, incorpora contribuições contemporâneas que enfatizam a necessidade de reconhecer a diversidade de formas econômicas e a coexistência de múltiplos regimes de valor (Santos, 2019; Gibson-Graham, 2018).

Entretanto, a recampesinização não se desenvolve em um contexto homogêneo ou isento de contradições. As assimetrias de poder que caracterizam o campo, associadas ao acesso desigual a terra, crédito e tecnologia, impõem limites significativos à sua expansão. Além disso, a inserção nos mercados, ainda que mediada por estratégias alternativas, coloca desafios relacionados à precificação, à competição e à sustentabilidade econômica das unidades produtivas (Sabourin, 2021; Schneider; Niederle, 2018). Essas tensões evidenciam que a recampesinização é um processo em disputa, atravessado por condicionantes estruturais que não podem ser ignorados.

Adicionalmente, observa-se que a própria recampesinização pode assumir formas híbridas, nas quais práticas agroecológicas coexistem com elementos do modelo convencional, revelando a complexidade das trajetórias reais dos agricultores. Essa hibridez, longe de ser um desvio, deve ser compreendida como expressão das condições concretas nas quais os sujeitos operam, articulando diferentes estratégias para garantir sua reprodução social (Ploeg, 2018; Schneider, 2023). Tal constatação reforça a necessidade de abordagens analíticas que reconheçam a heterogeneidade e evitem leituras normativas ou idealizadas.

A recampesinização se insere em um horizonte mais amplo de disputas civilizatórias, no qual se confrontam diferentes concepções de desenvolvimento, natureza e sociedade. Ao afirmar práticas baseadas na cooperação, na sustentabilidade e na autonomia, esse processo contribui para a construção de alternativas que transcendem o campo agrícola, dialogando com debates mais amplos sobre justiça social, democracia e futuro do planeta (Santos, 2019; Escobar, 2020). Nesse sentido, a recampesinização não é apenas uma estratégia de sobrevivência, mas um projeto político que aponta para a reconfiguração das bases do desenvolvimento contemporâneo.

A análise da recampesinização como processo histórico e político evidencia que sua efetividade está intrinsecamente ligada às transformações nos modos de produzir, conhecer e organizar os sistemas agrícolas. Nesse contexto, a transição agroecológica emerge como dimensão complementar e indissociável, ao oferecer o arcabouço técnico, científico e político que sustenta a reconfiguração dos agroecossistemas em bases sustentáveis e autônomas (Wezel et al., 2020; Gliessman, 2018). Compreender a recampesinização sem considerar a transição agroecológica implicaria reduzir seu alcance, desconsiderando as mediações concretas pelas quais se materializa no plano produtivo e territorial (Altieri; Nicholls, 2020). Assim, a próxima seção analisa a transição agroecológica como processo multidimensional, buscando evidenciar suas inter-relações com as dinâmicas de resistência e transformação das agriculturas familiares (Santos, 2019).

Transição agroecológica como processo multidimensional

A transição agroecológica deve ser compreendida como um processo multidimensional e historicamente situado, que envolve não apenas transformações técnicas nos sistemas produtivos, mas uma reconfiguração profunda das relações entre sociedade, natureza e produção. Reduzi-la à substituição de insumos químicos por práticas sustentáveis implica obscurecer seu caráter estrutural e político, na medida em que sua efetividade depende da reorganização simultânea de dimensões ecológicas, econômicas, institucionais e culturais (Gliessman, 2018; Wezel et al., 2020). Nesse sentido, a transição agroecológica se inscreve como um processo de mudança paradigmática, que desloca a centralidade da eficiência produtiva para a sustentabilidade da vida, reorientando os fundamentos ontológicos da produção agrícola (Altieri; Nicholls, 2020; Santos, 2019).

Essa complexidade se expressa na multiplicidade de trajetórias assumidas pela transição em diferentes contextos territoriais. Longe de seguir um percurso linear ou universal, ela se desenvolve de forma heterogênea, condicionada por fatores como acesso a políticas públicas, capacidade organizativa dos agricultores, disponibilidade de recursos naturais e densidade das redes sociais locais (Fonseca; Polita; Madureira, 2024; Schneider, 2023). Tal variabilidade evidencia que a transição agroecológica não pode ser compreendida como um modelo prescritivo, mas como um processo situado, no qual os sujeitos constroem soluções específicas a partir de suas condições concretas (Santos, 2019). Essa perspectiva rompe com abordagens normativas e reforça a necessidade de análises que valorizem a diversidade de experiências e a pluralidade de caminhos.

No plano ecológico, a transição implica a reorganização dos agroecossistemas a partir de princípios como diversidade funcional, ciclagem de nutrientes e integração entre componentes produtivos. Essas transformações não apenas reduzem a dependência de insumos externos, mas aumentam a resiliência dos sistemas frente a perturbações ambientais, como eventos climáticos extremos (Altieri; Nicholls, 2020; Wezel et al., 2020). Ao mesmo tempo, ao promover a biodiversidade e a regeneração dos recursos naturais, a agroecologia contribui para a mitigação das

mudanças climáticas e para a conservação dos ecossistemas, evidenciando sua relevância estratégica em escala global (Fao, 2025).

Ainda que a dimensão ecológica seja central, ela não esgota o alcance da transição agroecológica. Sua efetividade depende da articulação com transformações sociais e institucionais que possibilitem a reorganização das relações de produção e de poder no campo. Nesse sentido, a transição envolve a construção de novas formas de governança, baseadas na participação social, na descentralização e no reconhecimento dos direitos dos agricultores (Sabourin, 2021; HLPE, 2019). Essa dimensão política evidencia que a agroecologia não pode ser implementada apenas por meio de soluções técnicas, exigindo mudanças estruturais nas políticas públicas e nas instituições que regulam o setor agrícola (Santos, 2019).

A dimensão epistemológica da transição agroecológica constitui outro elemento fundamental para compreender seu caráter transformador. Ao articular saberes científicos e tradicionais em processos de coprodução de conhecimento, a agroecologia desafia a hierarquização epistemológica que caracteriza o modelo convencional, no qual o conhecimento técnico-científico é privilegiado em detrimento de outras formas de saber (Leff, 2020; Giraldo; Rosset, 2022). Essa reconfiguração não apenas amplia o repertório de soluções disponíveis, mas também fortalece a autonomia dos agricultores, ao reconhecer sua capacidade de produzir conhecimento relevante (Santos, 2019). Trata-se, portanto, de uma transformação que incide sobre os próprios fundamentos da produção do conhecimento.

De forma articulada, a transição agroecológica também se vincula à reconfiguração dos sistemas alimentares, especialmente no que se refere à segurança e soberania alimentar. Ao priorizar circuitos curtos de comercialização, produção diversificada e relações diretas entre produtores e consumidores, a agroecologia contribui para a construção de sistemas alimentares mais justos, sustentáveis e resilientes (Schneider, 2023; van der Ploeg et al., 2022). Essa dimensão evidencia que a transição não se limita ao espaço da produção, mas envolve toda a cadeia agroalimentar, incluindo distribuição, consumo e regulação (Fao, 2025). No plano econômico, a transição agroecológica tensiona a lógica da maximização do lucro ao enfatizar a reprodução social e a sustentabilidade de longo prazo. As práticas agroecológicas, ao reduzir custos com insumos externos e diversificar fontes de renda,

podem fortalecer a autonomia econômica das agriculturas familiares, ainda que enfrentem desafios relacionados à inserção em mercados dominados por grandes corporações (Sabourin, 2021; Schneider; Niederle, 2018). Essa tensão evidencia que a transição agroecológica não elimina automaticamente as contradições do sistema, mas cria condições para sua reconfiguração (Santos, 2019).

No âmbito das dinâmicas sociais, a transição agroecológica deve ser compreendida como um processo de construção coletiva, marcado por aprendizagens, experimentações e inovações contínuas. Redes agroecológicas, movimentos sociais e organizações de base desempenham papel decisivo nesse percurso, ao promover a circulação de conhecimentos, o fortalecimento de vínculos sociais e a consolidação de identidades coletivas (Dardot; Laval, 2019; Federici, 2019). Essas dinâmicas indicam que a transição não é apenas um processo técnico, mas uma prática social enraizada nos territórios.

Mesmo diante de seus potenciais, a transição agroecológica enfrenta limites estruturais que condicionam sua expansão e consolidação. A coexistência com práticas convencionais, a dependência de políticas públicas e as pressões do mercado global configuram obstáculos significativos (Giraldo; McCune, 2019; Schneider, 2023). Além disso, a apropriação do discurso agroecológico por agentes hegemônicos pode levar à sua despolitização, reduzindo seu alcance transformador (Lamine et al., 2019). Tais tensões reforçam a necessidade de análises críticas que apreendam a complexidade do processo e suas múltiplas determinações (Santos, 2019).

Em uma perspectiva mais ampla, a transição agroecológica pode ser interpretada como parte de um movimento de reconfiguração civilizatória, no qual se buscam alternativas ao modelo de desenvolvimento baseado na exploração intensiva da natureza e na mercantilização da vida. Ao articular sustentabilidade ecológica, justiça social e diversidade cultural, a agroecologia projeta horizontes nos quais a agricultura se afirma como dimensão central da reprodução da vida e da construção de futuros possíveis (Escobar, 2020; Santos, 2019).

A compreensão da transição agroecológica como processo multidimensional evidencia que sua materialização concreta depende das formas pelas quais os sujeitos organizam suas práticas produtivas, econômicas e políticas nos territórios.

Nesse contexto, as economias camponesas emergem como espaço privilegiado de operacionalização dessas transformações, ao articular produção, reprodução social e resistência em uma mesma dinâmica (Ploeg, 2018; Schneider, 2023). É nesse nível que a agroecologia deixa de ser apenas um horizonte normativo e se concretiza em práticas que desafiam a lógica do mercado capitalista, produzindo alternativas enraizadas nos territórios (Santos, 2019). Assim, a próxima seção analisa as economias camponesas e as resistências sociopolíticas como dimensões centrais para compreender a efetividade e os limites das transformações em curso.

Economias camponesas e resistências sociopolíticas

As economias camponesas constituem o núcleo material das resistências sociopolíticas no campo, operando a partir de uma racionalidade orientada pela reprodução social ampliada e não pela maximização do lucro. Tal racionalidade implica uma reconfiguração das categorias clássicas da economia política, ao deslocar o foco da acumulação para a sustentabilidade das condições de vida, articulando trabalho, natureza e comunidade em uma lógica integrada (Ploeg, 2018; Schneider, 2023). Nesse contexto, práticas como diversificação produtiva, circuitos curtos de comercialização e cooperação comunitária não devem ser interpretadas como estratégias marginais, mas como expressões de uma economia substantiva, nos termos de Polanyi (2000), atualizada por abordagens contemporâneas que enfatizam a pluralidade das formas econômicas (Gibson-Graham, 2018; Santos, 2019).

A operacionalização dessas economias revela uma complexa arquitetura socioterritorial, na qual produção, circulação e consumo se articulam de maneira territorializada, reduzindo a dependência de cadeias globais e fortalecendo a autonomia dos sujeitos locais. Os circuitos curtos de comercialização, por exemplo, não apenas encurtam distâncias físicas, mas reconfiguram relações sociais ao aproximar produtores e consumidores, permitindo a construção de vínculos baseados em confiança, reciprocidade e reconhecimento mútuo (Schneider; Gazolla, 2020; van der Ploeg et al., 2022). Essa reterritorialização da economia contribui para a construção de sistemas alimentares mais resilientes e socialmente justos, evidenciando o potencial transformador das práticas camponesas (Santos, 2019).

No plano produtivo, as economias camponesas operam por meio de uma lógica de coprodução entre sociedade e natureza, na qual o manejo dos recursos naturais é orientado por princípios de equilíbrio ecológico e sustentabilidade de longo prazo. Essa relação contrasta com a lógica extrativista do agronegócio, ao reconhecer a natureza não como mera fonte de insumos, mas como elemento constitutivo dos sistemas produtivos (Altieri; Nicholls, 2020; Leff, 2020). A agroecologia, nesse sentido, aparece como uma mediação fundamental, ao oferecer o arcabouço técnico e epistemológico que sustenta essas práticas, integrando conhecimentos científicos e tradicionais em processos de inovação situada (Wezel et al., 2020; Santos, 2019).

A dimensão social dessas economias se expressa na centralidade das relações de reciprocidade, solidariedade e cooperação, que estruturam a organização do trabalho e a distribuição dos recursos. Tais relações desafiam a lógica individualista do mercado, ao afirmar formas coletivas de gestão e decisão que fortalecem a coesão social e a capacidade de ação coletiva (Dardot; Laval, 2019; Federici, 2019). Nesse contexto, associações, cooperativas e redes agroecológicas desempenham papel estratégico, ao criar infraestruturas sociais que viabilizam a circulação de bens, conhecimentos e práticas, ampliando a autonomia dos agricultores frente às pressões externas (Santos, 2019).

As resistências sociopolíticas, articuladas a essas economias, manifestam-se tanto em práticas cotidianas quanto em ações coletivas organizadas, configurando um campo de luta que transcende o plano produtivo. No cotidiano, essas resistências se expressam na manutenção de práticas tradicionais, na diversificação produtiva e na recusa a determinadas imposições do mercado. Em escala mais ampla, materializam-se em movimentos sociais, redes territoriais e iniciativas de economia solidária que buscam transformar as estruturas que condicionam a vida no campo (Svampa, 2019; Giraldo; Rosset, 2022). Essa dualidade evidencia que a resistência não é apenas reativa, mas constitutiva de processos de transformação social (Santos, 2019).

A incorporação da perspectiva de gênero amplia a compreensão dessas dinâmicas, ao evidenciar o papel central das mulheres na construção das economias camponesas e das resistências sociopolíticas. Experiências agroecológicas protagonizadas por mulheres camponesas e quilombolas demonstram como práticas

produtivas, organização comunitária e luta por direitos se entrelaçam, produzindo formas de resistência que articulam território, corpo e cuidado (Kempff; Wedig; Borba, 2025; Federici, 2019). Essa dimensão revela que as economias camponesas não são neutras, mas atravessadas por relações de poder que precisam ser problematizadas e transformadas (Santos, 2019).

A análise dessas práticas permite compreender que as economias camponesas constituem espaços de experimentação de formas alternativas de vida, nas quais se articulam dimensões econômicas, culturais e políticas. Ao desafiar a lógica do mercado capitalista, essas economias produzem não apenas bens materiais, mas também valores, identidades e formas de sociabilidade que ampliam os horizontes do possível (Escobar, 2020; Gibson-Graham, 2018). Nesse sentido, elas podem ser interpretadas como laboratórios sociais, nos quais se ensaiam alternativas ao modelo dominante (Santos, 2019).

A dimensão política dessas resistências se intensifica na medida em que se articulam em redes e movimentos que disputam políticas públicas, reconhecimento institucional e acesso a recursos. Essas articulações ampliam a escala das práticas locais, permitindo que experiências territoriais influenciem agendas mais amplas e contribuam para a reconfiguração das políticas de desenvolvimento rural (Sabourin, 2021; Schneider, 2023). Ao mesmo tempo, evidenciam a importância da ação coletiva como condição para a transformação estrutural (Santos, 2019).

As economias camponesas também tensionam as categorias tradicionais da economia ao evidenciar a coexistência de múltiplos regimes de valor, nos quais aspectos simbólicos, culturais e sociais assumem centralidade. Essa pluralidade desafia a hegemonia da racionalidade econômica dominante, abrindo espaço para a construção de economias mais inclusivas e sustentáveis (Gibson-Graham, 2018; Santos, 2019). Tal perspectiva contribui para a desnaturalização do capitalismo como única forma possível de organização econômica.

As resistências sociopolíticas articuladas às economias camponesas devem ser compreendidas como processos em construção, marcados por tensões, contradições e limites. A inserção em mercados, a dependência de políticas públicas e as desigualdades estruturais constituem desafios significativos para sua consolidação (Schneider; Niederle, 2018; Sabourin, 2021). Ainda assim, essas experiências

demonstram que é possível construir alternativas concretas ao modelo dominante, apontando para a reconfiguração das bases do desenvolvimento rural (Santos, 2019).

A análise das economias camponesas e das resistências sociopolíticas evidencia que, embora portadoras de forte potencial transformador, essas dinâmicas se desenvolvem em contextos marcados por limites estruturais e contradições internas. A coexistência entre autonomia e dependência, inovação e restrição, resistência e adaptação revela a complexidade dos processos em curso, exigindo abordagens analíticas que não apenas identifiquem suas potencialidades, mas também problematizem seus limites (Ploeg, 2018; Schneider, 2023; Santos, 2019). Nesse sentido, torna-se fundamental examinar as tensões que atravessam essas experiências, bem como as condições que podem ampliar seu alcance e eficácia. A próxima seção dedica-se, portanto, à análise das contradições, limites e potencialidades das transformações em curso, buscando oferecer uma compreensão mais abrangente e crítica desses processos.

Contradições, limites e potencialidades das transformações

A análise das transformações em curso evidencia que a recampesinização e a transição agroecológica, embora portadoras de significativo potencial emancipatório, encontram-se profundamente condicionadas por estruturas históricas de poder que limitam sua expansão e consolidação. Entre tais condicionantes, destacam-se a persistência de regimes fundiários concentrados, a assimetria no acesso a crédito e assistência técnica, bem como a orientação das políticas públicas em favor de modelos produtivistas e exportadores. Essas determinações estruturais produzem um ambiente no qual iniciativas agroecológicas frequentemente operam em posição subalterna, dependendo de mediações institucionais instáveis e de nichos de mercado ainda restritos, o que evidencia a necessidade de compreender tais processos não como trajetórias autônomas, mas como dinâmicas imbricadas em relações de poder mais amplas (McMichael, 2018; Sabourin, 2021).

No interior dessas limitações estruturais, emergem contradições que atravessam as próprias experiências agroecológicas e camponesas. Uma das mais

recorrentes refere-se à tensão entre a busca por autonomia produtiva e a necessidade de inserção em mercados, ainda hegemonicamente organizados por lógicas capitalistas. Tal tensão se manifesta, por exemplo, na pressão por padronização, certificação e escalabilidade, que pode induzir processos de adaptação às exigências mercantis, comprometendo princípios centrais da agroecologia. Essa ambiguidade revela que a autonomia não é uma condição dada, mas um horizonte em permanente negociação, no qual os sujeitos articulam estratégias híbridas para garantir sua reprodução social (Ploeg, 2018; Schneider; Niederle, 2018).

Assim podemos afirmar que à coexistência de práticas agroecológicas com elementos do modelo convencional, configurando trajetórias marcadas por hibridismos produtivos e epistemológicos. Longe de indicar incoerência ou fragilidade, essa coexistência deve ser interpretada como expressão das condições concretas em que os agricultores operam, nas quais restrições materiais, institucionais e cognitivas impõem escolhas pragmáticas. Contudo, tal hibridização também pode abrir espaço para processos de captura e despolitização da agroecologia, especialmente quando práticas pontuais são incorporadas sem a transformação das estruturas que sustentam o modelo dominante (Lamine et al., 2019; Giraldo; Rosset, 2022).

As contradições também se expressam no plano das políticas públicas, frequentemente marcadas por uma dualidade entre reconhecimento discursivo da agroecologia e manutenção de incentivos ao agronegócio. Essa incongruência revela a disputa por hegemonia no interior do Estado, no qual diferentes projetos de desenvolvimento rural coexistem de forma tensionada. Em muitos casos, políticas voltadas à agricultura familiar são fragmentadas, descontínuas ou insuficientemente articuladas, limitando sua capacidade de promover mudanças estruturais. Tal cenário evidencia que a institucionalização da agroecologia constitui um campo de disputa política, no qual avanços e retrocessos se alternam de acordo com correlações de força específicas (Schneider, 2023; Clapp, 2021).

Apesar desses limites, as experiências de recampesinização e transição agroecológica demonstram uma notável capacidade de resiliência e inovação, especialmente quando articuladas em redes territoriais e movimentos sociais. Essas articulações ampliam a escala das práticas locais, favorecendo a circulação de

conhecimentos, o fortalecimento de identidades coletivas e a construção de estratégias comuns de enfrentamento às pressões externas. Nesse sentido, a cooperação emerge como elemento central para a consolidação dessas alternativas, não apenas como mecanismo econômico, mas como princípio organizador de relações sociais baseadas em solidariedade e reciprocidade (Dardot; Laval, 2019; Federici, 2019).

O potencial transformador desses processos reside na sua capacidade de produzir deslocamentos epistemológicos que desafiam a hegemonia do conhecimento técnico-científico dominante. Ao valorizar saberes locais e promover a coprodução de conhecimento, a agroecologia contribui para a construção de um pluralismo epistemológico que amplia os horizontes de compreensão e intervenção sobre os sistemas agrícolas. Esse movimento não apenas enriquece o repertório de práticas disponíveis, mas também fortalece a autonomia dos sujeitos ao reconhecer sua capacidade de produzir conhecimento válido e relevante (Leff, 2020; Santos, 2019).

E evidenciável a contribuição dessas experiências para a construção de sistemas agroalimentares mais resilientes frente às crises contemporâneas. A diversificação produtiva, a realocação dos mercados e a redução da dependência de insumos externos conferem maior capacidade de adaptação a choques ambientais, econômicos e sanitários. Nesse sentido, a agroecologia não se limita a uma alternativa normativa, mas se apresenta como estratégia concreta de enfrentamento das vulnerabilidades estruturais do sistema alimentar global (Clapp; Moseley, 2020; van der Ploeg et al., 2022).

A análise das contradições, limites e potencialidades evidencia que a recampesinização e a transição agroecológica devem ser compreendidas como processos abertos, dinâmicos e em permanente disputa. Longe de trajetórias lineares ou modelos acabados, tratam-se de construções históricas que se desenvolvem em contextos marcados por conflitos, negociações e reinvenções constantes. Essa perspectiva exige abordagens analíticas que superem dicotomias simplificadoras, reconhecendo simultaneamente as restrições impostas pelo contexto e as possibilidades de transformação que emergem da ação coletiva (Escobar, 2020; Santos, 2019).

Conclusão

A análise desenvolvida neste artigo permite afirmar que a recampesinização e a transição agroecológica constituem não apenas respostas conjunturais à crise do modelo agroindustrial, mas processos estruturantes de reconfiguração das agriculturas familiares em escala contemporânea. Ao evidenciar a articulação entre dimensões produtivas, políticas e epistemológicas, o estudo contribui para deslocar interpretações que reduzem tais fenômenos a iniciativas localizadas ou tecnicamente orientadas, demonstrando seu caráter sistêmico e sua inserção em disputas mais amplas por território, conhecimento e poder (Ploeg, 2018; Santos, 2019).

Do ponto de vista teórico, o principal aporte deste artigo reside na construção de uma leitura integrada que articula recampesinização, agroecologia e economias camponesas como dimensões interdependentes de um mesmo processo histórico. Diferentemente de abordagens fragmentadas presentes na literatura, que tendem a analisar esses elementos de forma isolada, o texto propõe uma síntese interpretativa que evidencia suas conexões estruturais e suas implicações para a compreensão das transformações no mundo rural. Tal contribuição permite avançar na construção de um quadro analítico mais robusto, capaz de apreender a complexidade e a multidimensionalidade desses processos (Schneider, 2023; Escobar, 2020).

A investigação também evidencia fragilidades importantes, tanto no plano empírico quanto teórico. Entre elas, destacam-se a dificuldade de generalização das experiências analisadas, a heterogeneidade das trajetórias agroecológicas e a limitação de estudos que articulem de forma sistemática as dimensões macroestruturais e microssociais. Além disso, a própria natureza teórico-analítica do artigo impõe limites à verificação empírica das hipóteses formuladas, indicando a necessidade de pesquisas futuras que aprofundem a análise em contextos específicos e a partir de abordagens metodológicas complementares (Sabourin, 2021; Schneider; Niederle, 2018).

No plano das contradições, o estudo demonstra que a expansão da agroecologia e da recampesinização é tensionada por forças que operam em múltiplas escalas, desde o mercado global até as dinâmicas locais. A dependência de políticas públicas, a pressão do agronegócio e as ambiguidades da inserção

mercantil configuram desafios persistentes que não podem ser ignorados. Essas tensões indicam que tais processos não devem ser romantizados, mas analisados em sua complexidade, reconhecendo tanto seus avanços quanto seus limites (Clapp, 2021; Giraldo; Mccune, 2018).

Como perspectiva, destaca-se a necessidade de fortalecer arranjos institucionais e políticos que ampliem as condições de possibilidade dessas transformações. Isso inclui a construção de políticas públicas estruturantes, o fortalecimento de redes de cooperação e a promoção de processos formativos que articulem saberes científicos e populares. Ademais, torna-se fundamental ampliar o diálogo entre diferentes campos do conhecimento, de modo a consolidar abordagens interdisciplinares capazes de enfrentar a complexidade dos sistemas agroalimentares contemporâneos (Leff, 2020; Dardot; Laval, 2019).

Este artigo contribui para o campo ao propor uma interpretação que não apenas descreve, mas problematiza e articula criticamente as transformações em curso, evidenciando que a recampesinização e a transição agroecológica constituem vetores centrais na construção de alternativas ao modelo dominante. Ao fazê-lo, diferencia-se de parte da produção acadêmica ao enfatizar o caráter político-epistêmico desses processos e ao situá-los no interior de disputas civilizatórias mais amplas. Assim, mais do que soluções acabadas, essas experiências apontam para horizontes em construção, nos quais a agricultura se redefine como dimensão estratégica para a sustentabilidade da vida e a reconfiguração das relações entre sociedade e natureza (Santos, 2019; Escobar, 2020).

Referências

1. ALTIERI, Miguel; NICHOLLS, Clara Inés. **Agroecology and the design of climate change-resilient farming systems**. 2020.
2. BHAMBRA, Gurinder K.; GEBRIAL, Dalia; NIŞANCIOĞLU, Kerem. **Decolonising the university**. London: Pluto Press, 2018.
3. CLAPP, Jennifer. **Food**. Cambridge: Polity Press, 2021.
4. CLAPP, Jennifer; MOSELEY, William. **This food crisis is different**. *Food Security*, 2020.
5. COSTA-PEREIRA, et al. **Transições agroecológicas e políticas públicas**. 2025.

6. DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2019.
7. ESCOBAR, Arturo. **Pluriversal politics: the real and the possible**. Durham: Duke University Press, 2020.
8. FAO. **The state of food and agriculture**. Rome: FAO, 2022.
9. FAO. **Agroecology for sustainable food systems**. Rome: FAO, 2025.
10. FEDERICI, Silvia. **Re-enchanting the world: feminism and the politics of the commons**. Oakland: PM Press, 2019.
11. FONSECA, et al. **Transição agroecológica em contextos territoriais**. 2024.
12. GERVAZIO, et al. **Diversificação produtiva e resiliência agrícola**. 2025.
13. GIBSON-GRAHAM, J. K. **The end of capitalism (as we knew it)**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2018.
14. GIRALDO, Omar; MCCUNE, Nils. **Can the state take agroecology to scale? Agroecology and Sustainable Food Systems**, 2019.
15. GIRALDO, Omar; ROSSET, Peter. **Agroecology as a territory in dispute. The Journal of Peasant Studies**, 2022.
16. GLIESSMAN, Stephen. **Agroecology: the ecology of sustainable food systems**. Boca Raton: CRC Press, 2018.
17. HLPE. **Agroecological and other innovative approaches**. Rome: FAO, 2019.
18. KEMPF, et al. **Mulheres e agroecologia**. 2025.
19. LAMINE, Claire et al. **The agroecological transition. Sustainability**, 2019.
20. LEFF, Enrique. **Political ecology: a Latin American perspective**. 2020.
21. MCMICHAEL, Philip. **Development and social change**. Thousand Oaks: Sage, 2018.
22. PATEL, Raj; MOORE, Jason W. **A history of the world in seven cheap things**. Berkeley: University of California Press, 2017.
23. PLOEG, Jan Douwe van der. **The new peasantries**. London: Routledge, 2018.
24. PLOEG, Jan Douwe van der et al. **Peasant agriculture and rural development**. 2022.
25. POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
26. SABOURIN, Eric. **Agricultura familiar e políticas públicas**. 2021.

- 27.SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo**. Coimbra: Almedina, 2019.
- 28.SAUER, Sérgio; LEITE, Sérgio Pereira. **Expansão agrícola e conflitos territoriais**. 2021.
- 29.SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural**. 2023.
- 30.SCHNEIDER, Sergio; GAZOLLA, Marcio. **Circuitos curtos de comercialização**. 2020.
- 31.SCHNEIDER, Sergio; NIEDERLE, Paulo. **Políticas públicas e agricultura familiar**. 2018.
- 32.SCOTT, James C. **The moral economy of the peasant**. New Haven: Yale University Press, 1976.
- 33.SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Agroecology and social movements**. 2019.
- 34.SVAMPA, Maristella. **Neo-extractivism in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
- 35.WEZEL, Alexander et al. **Agroecology: a global framework**. *Agronomy for Sustainable Development*, 2020.



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).